

REVISTA DO OUT • DEZ 2019

MINISTÉRIO PÚBLICO 160

TRIMESTRAL
€ 18,00

ESTUDOS & REFLEXÕES

Jorge dos Reis Bravo

Liberdade de expressão na *Era digital*: o resgate de um direito humano?

Perfecto Andrés Ibáñez

Principio de presunción de inocencia y principio de victimización: una convivencia imposible

Ana Mendes de Almeida

O âmbito de aplicação do crime de fraude na obtenção de subsídio ou subvenção no contexto dos Fundos Europeus Estruturais – um contributo

João Alves

Ação popular: a intervenção acessória do Ministério Público na jurisdição cível

João Soares

A atribuição de relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras em decisões de tribunais judiciais portugueses no âmbito do Direito Internacional Privado das obrigações

Jorge Artur Costa

O regime jurídico do maior acompanhado: uma apresentação do regime substantivo

CRÍTICA DE JURISPRUDÊNCIA

António Francisco de Sousa

Discrecionariedade, “margem de livre apreciação”, “justiça administrativa”, “discrecionariedade imprópria”, “discrecionariedade técnica”

PRÁTICA JUDICIÁRIA

ESTUDOS & REFLEXÕES

- 9 | Liberdade de expressão na *Era digital*:
o resgate de um direito humano?
Jorge dos Reis Bravo
- 59 | Principio de presunción de inocencia
y *principio* de victimización:
una convivencia imposible
Perfecto Andrés Ibáñez
- 79 | O âmbito de aplicação do crime de fraude
na obtenção de subsídio ou subvenção no contexto
dos Fundos Europeus Estruturais – um contributo
Ana Mendes de Almeida
- 131 | Acção popular: a intervenção acessória do Ministério Público
na jurisdição cível
João Alves
- 153 | A atribuição de relevância a normas de aplicação imediata
estrangeiras em decisões de tribunais judiciais portugueses
no âmbito do Direito Internacional Privado das obrigações
João Soares
- 187 | O regime jurídico do maior acompanhado:
uma apresentação do regime substantivo
Jorge Artur Costa

CRÍTICA DE JURISPRUDÊNCIA

- 213 | Discricionarietà, “margem de livre apreciação”, “justiça administrativa”, “discricionarietà imprópria”, “discricionarietà técnica”: comentário ao acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte (TCAN), processo 01049/13.9BEBRG, 1.^a Secção – Contencioso Administrativo, de 15-02-2019 – concurso para professor catedrático

António Francisco de Sousa

PRÁTICA JUDICIÁRIA

- 243 | Representação do Estado pelo Ministério Público nos tribunais administrativos – inconstitucionalidade material do conjunto formado pelas normas constantes do segmento final do n.º 1 do artigo 11.º e do n.º 4 do artigo 25.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, na redacção conferida pela Lei n.º 118/2019

Orlando Machado

- 263 | A (i)legitimidade do Ministério Público para instaurar insolvências por falta de pagamento de créditos de custas

Jaime Manuel Olivença

- 272 | Resumos : Abstracts